

# Ambientalistas denunciam retrocesso na legislação



ONGs afirmam que projeto pode aumentar desmatamento

ORLANDO PEREIRA

Rio do Sul — O governo federal decidiu entregar de vez o Código Florestal aos ruralistas. A afirmação é do assessor jurídico do Instituto Socioambiental (ISA), André Lima, com base no texto do projeto de conversão da Medida Provisória nº 1.885/99 em lei. A bancada ruralista do Congresso Nacional enviou na última terça-feira para votação no Senado o projeto, que, se aprovado, na visão das entidades ecológicas, promoverá o maior retrocesso de que se tem notícia no País nos últimos 65 anos, desde que o código foi criado. O texto só não foi a votação por causa da intervenção emergencial de ambientalistas com o apoio da senadora Marina Silva (PT-AC).

As Organizações Não-governamentais (ONGs) iniciaram uma grande campanha para fazer com que o governo use sua bancada na tentativa de rejeitar este projeto de conversão até que seja discutido com a sociedade.

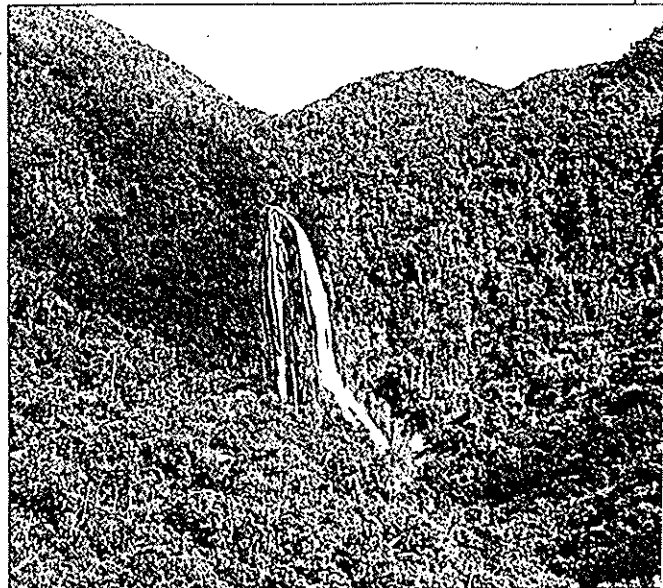
Lima disse que a proposta encaminhada para votação no congresso foi construída secretamente por representantes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), com o consentimento do Ministério do Meio Ambiente. Ele observou que a manobra afronta o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), que criou em abril deste ano uma câmara técnica especialmente para discutir a revisão do código. "Significa, assim, desprezo total ao debate democrático que estava em curso, para produzir um anteprojeto de lei que altere o Código Florestal", acrescentou.

Entre as propostas, o projeto prevê as reduções das reservas legais no cerrado e na Amazônia de 50 para 20% e de 80 para 50%, respectivamente. Também a anistia geral aos desmatadores de reservas legais e de áreas de preservação permanente é prevista. Se aprovado o projeto, o procedimento para desmatamentos de reservas legais e de áreas de preservação permanente passa a ser simplificado, dispensando a autorização dos órgãos ambientais;

Segundo os ambientalistas, na prática, o texto pode promover a expansão significativa do desmatamento no País, subvertendo os pressupostos originais do Código Florestal, que vinham sendo defendidos pela equipe técnica do ministério no próprio Conama. "As alterações propostas pelos ruralistas modificam radicalmente as regras para proteção das florestas em vigor e afetarão todos os ecossistemas brasileiros, considerados Patrimônio Nacional pelo artigo 225 da Constituição", assinalou Lima.

A preocupação dos ambientalistas é que o projeto deverá entrar novamente em pauta no próximo dia 8. Por esta razão está sendo lançada uma campanha nacional, onde a sociedade vai pedir ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro do Meio Ambiente José Sarney Filho para que o projeto seja retirado definitivamente. "Esta proposta é, sem sombra de dúvidas, uma conversão das florestas em pastagens", complementou.

Carlos Alberto da Silva



Projeto prevê redução de reservas legais e anistia para desmatadores

Editoria de Arte

## PRINCIPAIS TÓPICOS DO PROJETO

- Anistia geral aos desmatadores de reserva legal e área de preservação permanente
- Redução da área de reserva legal no cerrado de 50 para 20%;
- Redução da área de reserva legal na Amazônia de 80 para 50%
- Consideração de florestas exóticas (como eucaliptos), como reserva legal
- Priorizar a atividade agrícola ou o uso alternativo do solo (agropecuária, silvicultura, mineração, garimpo, transporte e transmissão de energia e implantação de indústrias), antes da definição da localização da reserva legal
- Procedimento simplificado para desmatamentos de reserva legal e áreas de preservação permanente, dispensando a autorização dos órgãos ambientais
- Usar florestas de preservação permanente para realização de construções, abertura de estradas, canais de derivação de água, instalação de máquinas e equipamentos integrantes de sistema de exploração de atividade produtiva e de transporte aquaviário, incluindo atividades de mineração e garimpo
- Redução de 100 para 30 metros nas áreas de preservação permanente em lagoas, lagos ou reservatórios

FORNE: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
 (www.socioambiental.org.br)

